



ESTIGMA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS “FLANELINHAS”

Francieli Muller Prado¹, Marivânia Conceição de Araujo²

RESUMO: Os grandes centros urbanos, na medida em que marcados pela diversidade cultural, se apresentam como um rico campo de pesquisa social, cujo estudo pode permitir uma melhor compreensão da cidade, enquanto contexto em que se constroem as relações sociais. Dentre as temáticas de pesquisa, nas cidades brasileiras, os “flanelinhas” mostram-se como atores sociais capazes de suscitar discussões importantes que contribuam para a construção de novas interpretações acerca desse grupo e da atividade. Deste modo, falar de uma antropologia *na* cidade pode, para além de uma identidade estigmatizada, revelar em que medida se constrói essa identidade do “ser flanelinha” e suas variadas formas de manifestação, cuja sua compreensão requer contextualizá-los no interior das sociedades que os abrigam. Pois, acredita-se que discutir os conceitos de identidade e estigma possa ser uma importante contribuição teórico-prática para se pensar os “flanelinhas”, bem como compreender, para além do estigma, a origem do preconceito contra o grupo, além das suscitadas pelo senso comum.

PALAVRAS - CHAVE: Identidade; “Flanelinhas” Estigma; Antropologia Urbana.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é analisar como se constrói a identidade dos “flanelinhas” e sua relação com os processos de estigmatização. Partindo dessa premissa, pretende-se desvendar os mecanismos pelo qual se dá às relações e o conjunto de fatores sociais que compõe esse grupo de pessoas, cuja sua compreensão demanda contextualizá-los no interior das sociedades em que habitam. Deste modo, a proposta é de se falar de uma antropologia *na* cidade, a fim de relevar, para além de uma identidade estigmatizada, os mecanismos que constitui a identidade do grupo.

Nas cidades brasileiras, os “flanelinhas” mostram-se como atores sociais capazes de suscitar discussões importantes que contribuam para a construção de novas interpretações de fenômenos, que de outra maneira, talvez fossem mal interpretados. Pois, acredita-se que, para além de uma “escolha” meramente individual, a disseminação dos “flanelinhas” seja resultado de arranjos coletivos já formatados, subjetivamente e coletivamente.

Supõe-se também que, os guardadores de carro sejam alvo de um estigma individualizante, incidido por parte da população. Afinal, possivelmente, na visão de muitos, trata-se de uma ocupação que ganha dinheiro de modo “ilegal”, além de ser praticada por indivíduos apontados como marginais.

Nesses termos, como hipótese inicial, acredita-se que o estigma construído em relação aos “flanelinhas” é consolidado, sobretudo, através dos senso comum, evidenciando os aspectos “negativos” desses atores sociais – como uma questão de inaptidão individual para o trabalho formal -, ignorando os inúmeros desdobramentos que levam parte dos indivíduos socialmente excluídos a atuar como guardadores de carros. Diante destas considerações, torna-se necessário compreender a vida e o trabalho dos “flanelinhas”, em razão de tratar-se de uma atividade criticada e que não parece conhecida para além do estigma.

O artigo está organizado em três tópicos. No primeiro apresentaremos um panorama inicial para se pensar os fenômenos urbanos na perspectiva da antropologia urbana, objetivando compreender em que medida esse ramo de pesquisa pode contribuir para se pensar a construção de uma identidade. Neste contexto, apresentando a rua como fator fundamental de análise, a qual se revela como espaço plural e de constante mutação, que pode revelar inúmeros desdobramentos.

Em um segundo momento apresentaremos algumas discussões sobre a identidade, acerca da gênese da formação da identidade, agora estigmatizada e deteriorada, a partir do modelo teórico de Erving Goffman. Finalmente, no terceiro tópico, será reservado para análise da parte empírica da pesquisa, apresentando uma etnografia de um trabalho de campo realizado em Maringá-PR, com a expectativa de não apenas demonstrar as contradições presentes na cidade, mas propor um novo ângulo de análise, que permita perceber a rua do ponto de

¹ Mestranda do curso de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – PR. francimullerp@gmail.com.

² Orientadora. Docente do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – PR. marivaniaaraujo@yahoo.com.br.



vista daqueles que utilizam dela como atuação e sobrevivência. Objetivando assim compreender a gênese da identidade dos “flanelinhas”, sob o status de identidade marginalizada e estigmatizada.

2 PENSANDO A IDENTIDADE A PARTIR DE UMA ANTROPOLOGIA “NA CIDADE”

A cidade se constitui como um local em que vários processos e fenômenos sociais ocorrem a todo o momento. Essa dinâmica acaba por constituir um cotidiano agitado, moldando pensamentos que constantemente se transformam. Neste contexto, analisar e descrever a vida cidadina exige, antes de tudo, reconhecê-la como um lugar de interações, de diferentes trajetórias particulares e de grupos sociais.

Nesta dinâmica, a antropologia e a sociologia têm contribuído significativamente para pensar a cidade, principalmente na tentativa de fundamentar e apresentar novas abordagens sobre os objetos e questões que emergem no contexto. Para tanto, a etnografia tem se mostrado como uma ferramenta muito utilizada por diversos campos do conhecimento, assim ela passa a ser não apenas uma prática aceitável, mas desejável, sobre a qual se debate e se pretende afinar compreensões (PEIRANO, 2008).

Com efeito, esta prática de pesquisa, atende inúmeras abordagens sobre determinados fenômenos. No entanto, a afirmação de que todos os campos estão preparados para assumir tal prática pode ser questionada. Pois, quando se fala em etnografia vale destacar algumas particularidades em relação teoria e pesquisa, ou, mais especificamente, à forma de incorporar os impactos da pesquisa etnográfica na própria construção teórica. De modo que, na Escola sociológica de Chicago, diversas pesquisas etnográficas sobre a cidade foram inicialmente produzidas por sociólogos. Neste viés, vários achados empíricos, muitas vezes, colocavam em risco várias hipóteses, sem que o patrimônio teórico fosse suficientemente revisto³.

Falar em etnografia, portanto, requer a compreensão da teoria aliada a experiência do campo, pois:

Agitar, fazer pulsar as teorias reconhecidas por meio de dados novos, essa é a tradição da antropologia [...] é no campo constatamos que as palavras fazem muitas outras coisas além de nomear e designar: elas apontam, acentuam, evocam, e até criam os contextos nas quais ocorrem (PEIRANO, 2008, p.23).

Deste modo, vale pontuar que nem todos podem ser etnógrafos, visto que a formação teórica em Antropologia é de fundamental importância para desenvolver as pesquisas, pois, uma boa aplicação do método etnográfico só é possível conhecendo como ele se desenvolveu no interior da Antropologia.

A antropologia em seu ramo de estudo, tem como objetivo fundamental compreender o homem nas suas inúmeras manifestações, procurando no “outro” um critério que permita reconhecer e definir sua cultura. Neste viés, vale destacar, que o estudo antropológico é tradicionalmente associado a estudos de culturas primitivas ou que vivem no campo. Contudo, atualmente, a etnografia tem apreendido e narrado a cidade para se pensar os fenômenos urbanos modernos, assim a antropologia urbana tem ganhado cada vez mais espaço. Magnani (2003) propõe uma hipótese para se pensar a antropologia, especificamente a vinculadas aos estudos urbanos contemporâneos, sobre isso o autor pontua que:

A antropologia tem uma contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas e que, para cumprir esse objetivo, tem à sua disposição um legado teórico-metodológico que, não obstante as inúmeras releituras e revisões, constitui um repertório capaz de dotá-la dos instrumentos necessários para enfrentar novos objetos de estudo e questões mais atuais. O método etnográfico faz parte desse legado e um dos desafios é como aplicar essa abordagem à escala da metrópole sem cair na “tentação da aldeia” (MAGNANI, 2003, p.83).

A fim de revelar e compreender a complexidade das realidades locais, a antropologia urbana tem sido muito utilizada como instrumento de análise, principalmente em se tratando das abordagens culturais e das identidades. Uma vez que, esta ciência possui teorias e instrumentos importantes para a compreensão da dinâmica das cidades, como por exemplo, o trabalho de campo. Sobre isso Magnani (2003, p.83) afirma que:

³Referimo-nos a: “1968, que em meio à onda geral de questionamento dos paradigmas que haviam informado as ciências sociais até então, Manuel Castells iria lançar a desconcertante pergunta: Há uma sociologia urbana. Em sintonia com os escritos de Lefebvre e Touraine, Castells argumentava que a sociologia urbana de Louis Wirth e seus pares, por não estar fundamentada em pressupostos teóricos claros, nem possuir objeto de investigação substantivo, não poderia almejar o status de ciência explicativa. Mais do que um simples exercício retórico, o questionamento de Castells punha às claras o descontentamento dos neomarxistas franceses com a ideia, inspirada e difundida pela Escola de Chicago, de que haveria um urbano se, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais. Para os sociólogos franceses, o urbanismo e a urbanização deveriam ser vistos não como fenômenos autônomos, e sim como parte de uma estrutura mais ampla, em que exigências econômicas, arranjos políticos e atores sociais convergiam”(VALLADARES, FREIRE-MEDEIROS, 2002. p.64).



Com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível concluir, de maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Diante deste contexto, podemos afirmar que uma característica marcante da atuação antropológica se da na experiência do trabalho de campo, aliada a uma preocupação em se colocar no lugar do “outro”. Essa noção acaba por gerar uma espécie de estranhamento diante dos fenômenos observados, o que contribui para que alguns fenômenos – por muitos, despercebidos – fossem apreendidos pelo antropólogo. Deste modo, esse saber antropológico, acaba por colaborar para que fenômenos e acontecimentos cotidianos, *na cidade*, ganhem novas interpretações.

Vale pontuar que a preocupação maior é de se fazer uma antropologia *na cidade*, justamente para se pensar em situações e fenômenos que ocorrem nela, sem necessariamente ter que explicar, qual o fato de estar ocorrendo em determinado espaço, como os estudos *da cidade* (VELHO; MACHADO DA SILVA, 1977).

Destaca-se até o momento que, a Antropologia urbana – apreendida como uma Antropologia na cidade – permitiu que o cenário citadino fosse percebido para além de um espaço de localização de uma população, para se tornar “parte constitutiva do recorte de análise” (MAGNANI, 2002).

Assim, o que caracteriza a abordagem da antropologia urbana, em contrapartida de outros campos de estudo, é o caráter de exploração dos espaços urbanos com o rigor da observação etnográfica, que pode revelar uma pluralidade de identidades, que são construídas e transformadas a todo o momento, por essa pluralidade cultural que só a vida citadina pode reunir.

Além disso, a cidade contemporânea reúne os excluídos, rejeitados, estigmatizados, bem como todos que possuem uma identidade social deteriorada (GOFFMAN, 1993). Deste modo, a rua – como um recorte da cidade – se apresenta como um local, que para muitos é a única opção que resta como forma de sobreviver e alcançar o mínimo de reconhecimento social.

Nesta perspectiva, muitos vivem na rua e da rua e ganham seus significados e constroem suas identidades - pautadas no padrão dominante -, dos quais fazem parte os mendigos, catadores de reciclados, “flanelinhas”, etc. Sendo o último grupo muito complexo e sujeito a profunda rejeição social, por inúmeros fatores, dentre os quais, social, político e legal.

Diariamente, devido a constante transformação do espaço urbano, aumento da frota de veículos, diminuição de empregos formais, aliada a possibilidade rentável de adquirir dinheiro de modo relativamente *fácil*⁴, emerge estes atores, que se apropriam da rua para garantir sua sobrevivência. Assim, os “flanelinhas” são atores sociais, que diariamente compõe a paisagem urbana, sendo estes frequentemente associados ao que de ruim a cidade – principalmente metropolitanas – apresenta. Sendo ainda, estes encarados, como um problema social a ser combatido, criminalizado e extinguido.

3 A GÊNESE DA IDENTIDADE ESTIGMATIZADA E DETERIORADA A PARTIR DE ERVING GOFFMAN

Estigma é uma palavra presente na sociedade desde a Grécia Antiga, sendo por muito tempo associada a sinais corporais. Porém, é a partir dos estudos Erving Goffman (1993) que o termo foi utilizado para categorizar atributos negativos, que se estabelecem como descrédito na vida de um sujeito, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. E que apresenta a sociedade como participante do seu processo de formação.

Atualmente, a palavra “estigma” — que pressupomos atribuir aos “flanelinhas” — apresenta desdobramentos que contribuem no estabelecimento de referências entre o que podemos chamar de “normais” e “anormais”, que em certa medida, contribui para demarcar as diferenças no amplo contexto social.

Partindo desse pressuposto, na sociologia, para se trabalhar com o conceito de estigma, frequentemente se adota a acepção elaborada por Goffman (1993), já que o autor se destaca no campo teórico, justamente por ser o pioneiro em pensar o estigma a partir de uma perspectiva social.

Para Goffman (1993) o estigma é uma relação entre características e estereótipo e tem sua origem relacionada com a construção social, através do processo de interação, lembrando que é nestas interações que se

⁴ O termo *fácil* aqui deve ser interpretado no sentido de que, frequentemente, os “flanelinhas” encontram-se na informalidade por não estarem aptos para o trabalho formal, por inúmeros fatores como, falta de documentos pessoais, não são protegidos pela legislação, deformidade física por acidente anterior, etc. Neste caso, a atividade de cuidador de carro se apresenta como a mais viável alternativa de atuação, na perspectiva do “flanelinha”.



constitui a identidade. Assim, as rotinas de relações sociais, as quais os sujeitos estão expostos cotidianamente, permite que os indivíduos se relacionem, destacando o que o autor chama de “identidade social” ou “status social”, sendo a última mais adequada, já que se trata dos atributos que o sujeito reúne, como por exemplo, a “honestidade” e “ocupação” (GOFFMAN, 1993).

Ocorre que, nesta dinâmica, o “outro” ao entrar em contato com o sujeito, esta predisposto a categorizar alguns atributos, quando estes são evidenciados. Vale destacar que, estes atributos (características) podem variar e comumente espera-se do sujeito que esteja dentro dos padrões de normalidade, atribuindo uma caracterização, como por exemplo, de honestidade. Caso contrario, deixa-se de considerá-lo sujeito na sua totalidade e passa-se a reduzi-lo na sua caracterização, neste caso oposto, imoral.

Assim, evidenciam-se nossas exigências, as quais se referem as características “esperadas”, o que gera uma identidade social virtual, enquanto as características e atributos que o sujeito possui, forma a sua identidade social real. Vale destacar que, em geral, dependendo de como se processa os atributos negativos, tem o início de um controle social, no qual os desvios são reconhecidos pelos outros, o que provoca a discriminação, sob o discurso de moral e julgamento para com o “desviante” (GOFFMAN, 1993).

Goffman (1993, p.16) destaca a possibilidade de que estes sujeitos estigmatizados, “isolado por sua alienação, protegidos por crenças e identidades próprias, sente que é um ser humano completamente normal e que nós é que não somos suficientemente humanos”. Ou seja, o sujeito carrega o estigma, mas não o reconhece ou apresenta qualquer arrependimento por fazê-lo. Esta tendência do sujeito estigmatizado, de não se reconhecer como tal, é construída através de um processo de aceitação do que foi socialmente imposto a ele.

Neste processo de reconhecimento do sujeito, como alguém que os demais não reconhecem de imediato, marca uma distância entre identidade social real e uma identidade social virtual. Pois, possivelmente o outro ao entrar em contato com o sujeito já identifica algumas características, formatando assim, o que Goffman (1993) denomina como, um sujeito desacreditável, sobressaindo assim sua identidade virtual.

Deste modo, os processos de construção do estigma estão associados, intrinsecamente, as expectativas de que o sujeito cumpra as normas imputadas pelo social. Pois, o indivíduo que não consiga viver de acordo com as normas sociais, carrega o estigma por não atender as expectativas esperadas pelos demais.

Embora a hipótese mais geral, seja a de que os “flanelinhas”, em algum grau, sejam resultado de processos mais amplos de exclusão social, supõe-se que eles sejam alvo de um estigma individualizante, incidido por parte da população. Afinal, possivelmente, na visão de muitos, trata-se de uma ocupação que ganha dinheiro de modo “ilegal”.

Nesses termos, acredita-se que o estigma instituído em relação aos “flanelinhas” é consolidado, sobretudo, por dois fatores. Sendo o primeiro, o espaço que o sujeito ocupa para atuação - a rua - que na estrutura social é reconhecido como um espaço socialmente deteriorado, ocupado também, por outros grupos urbanos, frequentemente estigmatizados.

Em segundo lugar, pode-se destacar que guardador de carro trata-se de uma atividade autônoma, prevista pela Lei Federal nº 6.242/75, a qual compete aos Municípios determinar as regras para a regulamentação da atividade (BRASIL, 1977). No entanto, em instâncias locais pouco tem se discutido a este respeito, colocando os “flanelinhas” em situação de desamparo, por falta de regulamentação, assim o exercício da atividade foi sendo associado, cada vez mais, à criminalidade urbana.

Neste contexto, formula-se por parte da população, a concepção de que os “flanelinha” encontram-se em uma condição de inaptidão individual para o trabalho formal, sem esclarecer, no entanto, os inúmeros desdobramentos que levam estes sujeitos a atuar como guardadores de carros. Ao passo que, outros fatores podem ser considerados, tais como, possibilidade de relacionar-se com outras pessoas, usufruir da “liberdade” e “autonomia” – o que, em última instância, significa “não ter patrão”.

Nestas perspectivas, os “flanelinhas” podem ser identificados, pelo que Goffman (1993) chama de “comunidade desviante”, ou seja, grupos que apresentam um “comportamento desviante”, sendo pessoas que, de alguma forma negam a ordem social estabelecidas. Deste modo, são percebidas pela população como indivíduos incapazes de usar de outras oportunidades de atuação disponíveis, aprovadas socialmente. Sendo deste ponto de vista que deriva a gênese da identidade estigmatizada e deteriorada dos “flanelinhas”.

4 COMPORTAMENTO DESVIANTE E O ESTIGMA DOS “FLANELINHAS”

A Antropologia urbana – concebida como uma Antropologia *na* cidade – historicamente, tem se dedicado a diversos estudos relacionados aos grupos urbanos, tais como os moradores de um bairro, imigrantes, moradores de rua, prédio de conjugados, etc. Assim, a antropologia abriu possibilidade de que os mais variados espaços da cidade deixassem de ser percebido como simples cenário, para se tornar “parte constitutiva do recorte de análise” (MAGNANI, 2002).

Deste modo, embrear-se em uma prática de “etnografia de rua”, ou talvez fosse melhor denominado, “etnografia na rua”, traz o exercício da observação aliada a descrição etnográfica das histórias dos grupos urbanos na cidade, no caso específico da pesquisa, os “flanelinhas”. Que, em grande medida, pode revelar a cidade, a rua,



o urbano como fatores constitutivos das dinâmicas, bem como das identidades que se constroem e se reinventam no cotidiano da vida urbana.

A presente pesquisa envolve um estudo de caso, tendo sido utilizada a investigação etnográfica. Em que, nas primeiras visitas a campo foi possível, através de uma observação, sistematizar a dinâmica do grupo, em um período de vinte cinco dias. Foram realizadas também, durante três dias, entrevistas semi-estruturadas com oito “flanelinhas”, escolhidos aleatoriamente, que atuam nos locais mais movimentados da região central da cidade.

Fazer uma etnografia *na* rua mostra-se como um grande desafio. Ao passo que, trata-se da nossa própria sociedade, partilhamos - etnógrafo e “nativo” - do mesmo patrimônio cultural. Sem deixar de considerar que a experiência cotidiana na rua expõe os contrastes entre os grupos urbanos, marcados pela fragmentação dos espaços de moradia e trabalho, pela degradação das cidades e pelas distâncias sociais, cultural e econômica.

Vale destacar que, estas distâncias são bem evidentes no contexto de Maringá- PR. Município que de acordo com IBGE (2010) conta com 357.077 habitantes, que compõe um conjunto metropolitano, constituído por oito municípios pertencentes a Região Metropolitana de Maringá (RMM). A produção do espaço urbano constituído pela atual RM de Maringá corresponde, desde a sua constituição, a uma direção de território marcado por processos de segregação e desigualdade social, motivados principalmente pela ação do mercado imobiliário e do poder público (RODRIGUES, 2009).

Neste contexto, a ocupação residencial do município se apresenta de forma segmentada, em que os grupos de renda baixa só encontraram possibilidade de moradia nas regiões periféricas, fora das áreas centrais. Sendo que, na região central, concentram-se as riquezas do município. Com melhor estrutura urbana, edifícios residências mais valorizados, bem como setores do comércio e serviços, que juntos compõe um forte conjunto de integração, mas também de exclusão.

E é nas avenidas que compõe a região central do município, que encontram-se os espaços mais explorados pelos “flanelinhas”, como local de atuação. E que frequentemente, são os de maior movimento de automóveis, como próximos a bancos, igrejas, lojas, shoppings centers.

Na dinâmica de atuação dos “flanelinhas”, vale destacar que cada sujeito possui seu “ponto”, o que representa que são “donos” destes locais, que geralmente compreende a uma rua de uma quadra, no qual são livres para “guardar” - vigiar os automóveis -, e assim pedir a contribuição dos motoristas.

Assim, observou-se uma regra social estabelecida entre o grupo, de que os “pontos” devem ser respeitados, ou seja, são de propriedade individual de cada “flanelinha”. Deste modo, cada um tem direito a explorá-lo da forma que desejar, podendo, inclusive, na sua ausência, alugá-lo para outro colega, ou ainda contratar um funcionário para auxiliar na atuação.

Na série de entrevistas realizadas com os atores, observou-se que grande parte dos que atuam nas ruas de Maringá – os donos dos “pontos” - compõem um perfil de guardador de carro que difere dos “flanelinhas” noturnos, por exemplo. Ao passo que, os que não são donos dos pontos - não fixos -, costumam atuar na atividade de forma aleatória. Já os donos dos “pontos”, são fixos e encontram-se nos seus respectivos espaços, em alguns casos há mais de dez anos. Sendo este último perfil, o nosso objeto de pesquisa, justamente por representar o típico “flanelinha”, ao passo que, os demais – embora mereçam também ser pesquisados - atuam em atividades secundárias, distanciando-se assim do nosso objetivo com a presente pesquisa.

Durante o trabalho de campo, observou-se que na dinâmica de atuação dos “flanelinhas”, a identidade social virtual é suplantada pela identidade social real, sendo a última a categoria que o agente prova, na realidade, possuir. Enquanto que a primeira diz respeito a uma impressão inicial formulada -, neste caso pelos atributos estruturais - da ocupação, como uma imputação feita por um retrospecto em potencial, ou seja, uma identidade social virtual (GOFFMAN, 1993).

Nesta perspectiva, à medida que o “flanelinha” é reconhecido pela sua identidade social virtual – que de certo modo não representa o indivíduo na sua realidade -, “deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1993, p.6). Assim, desenvolvem-se os estereótipos do grupo, geralmente aplicados de maneira superlativa e, frequentemente, negativa, com um rótulo marginalizado. Estes estereótipos, por sua vez, cumprem a função de categorizar a atividade, associando os “flanelinhas” a uma identidade deteriorada, que por sua vez é reproduzida pelo senso comum.

Neste contexto que ocorre os processos de estigmatização dos sujeitos. O estigma faz referencia aos atributos negativos que um indivíduo carrega. Assim, partimos do princípio de que, pelo fato do sujeito desempenhar a atividade de “flanelinha” já lhe é imputado o estigma. Pois, assumir a sua identidade de “flanelinha”, apaga a possibilidade de atenção as qualidades que o sujeito venha possuir, comprovando assim o fator estigmatizante que a atividade exerce.

É importante verificar que, embora evidenciado a fator estigmatizante da atividade, além de suportar uma longa jornada de trabalho - que vária em média de sete a doze horas diária - ficar exposto ao sol e à chuva e viver de rendimentos incertos, os “flanelinhas” relatam não preferir outro tipo de ocupação.

Pois, desempenhar a atividade, na perspectiva deles, é tão digno quanto qualquer outra função que utilize carteira de trabalho. Observa-se nos entrevistados um desejo maior na direção de “oficializar” suas atividades atuais de trabalho, no sentido de regulamentar a atuação, como um fator fundamental que vai lhes trazer “aceitação” social. À medida que, os entrevistados que no passado desempenharam outro tipo de atividade



assalariada, reconhecem a exploração, a submissão e a precariedade dos seus antigos trabalhos, não desejando voltar a exercê-los. Pois, uma das vantagens de trabalhar nas ruas é o fato de ter “liberdade”, o que em última instância, significa “não ter patrão”.

Outra questão levantada pelos “flanelinhas”, diz respeito a possibilidade que a rua traz de relacionar-se com outras pessoas, “fazer amigos”. Compondo esse, um dos argumentos mais utilizados pelos entrevistados ao serem questionados dos benefícios de se atuar na atividade. Esse questionamento possibilitou trazer um dado interessante, no que se refere ao perfil dos entrevistados. Além de a maioria ter mais de 50 anos, grande parte deles não tem família – são sozinhos. Deste modo, a rua se apresenta como uma possibilidade de relacionar-se com os outros, mesmo que esta relação seja construída, em grande parte do tempo, pelo embate.

Essa condição nos faz pensar na rua como símbolo e suporte de sociabilidade. No entanto, não se trata da rua em si, mas a experiência que se vivencia nela. Pois, a rua se apresenta não só como espaço de circulação, mas como uma riqueza que caracteriza a experiência urbana, em sua relação metonímica com a cidade (MAGNANI, 2003). Ainda de acordo com o autor:

Não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade (MAGNANI, 2003, p.4).

Assim, pode-se dizer que por detrás da aparente deteriorização dos atores e do caos urbano é possível observar as regularidades no espaço, nas atuações, nos comportamentos. Sendo que, o comportamento desviante dos “flanelinhas”, neste caso marcado pela desinstitucionalização de sua atividade e por utilizar da rua como local de atuação, marcam os fatores fundamentais da gênese do estigma de sua atuação.

Nesta perspectiva a construção e a manipulação da identidade estigmatizada, caminha no sentido da compreensão da diferença, a qual Goffman (1988) trata com teor marcadamente social, pois “a diferença, em si, deriva da sociedade antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo” (GOFFMAN, 1993 p. 134).

Portanto, é na sociedade que se define o controle social e se estabelece as normas e valores que determinam os atributos e categorias aceitáveis ou não. Assim, os sujeitos, na dinâmica da rua estão a todo o momento expostos a interação social, deste modo a serem categorizados, subordinados as expectativas acerca da identidade que se constitui. Neste contexto, quando apresentado o desvio – diferença - como atributo, já lhe é imputado o significado cultural, vinculado ao comportamento que define o modo como é interpretado, como no caso dos “flanelinhas”, estigmatizado e deteriorado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo tecer algumas reflexões e hipóteses sobre como se dá a construção da identidade estigmatizada dos “flanelinhas”, assim elucidar algumas das variadas formas de manifestação da identidade do grupo, a partir de uma etnografia. Para tanto, buscou-se contextualizar as discussões no interior das sociedades que abrigam o grupo, tomando como princípio fundamental a rua, como sendo principal cenário em que ocorrem as manifestações de atuação dos sujeitos.

Pois, parte-se do princípio de que, sendo a rua, local apropriado pelo “flanelinha”, releva-se como fator principal de degradação da atuação. Ao passo que, na dinâmica urbana, muitos vivem na rua e da rua e ganham seus significados e constroem suas identidades - pautadas no padrão dominante -, dos quais fazem parte os mendigos, catadores de reciclados, “flanelinhas”, etc.

Nesta perspectiva, a fim de chegar neste modelo de abordagem teórica, utilizou-se de uma antropologia *na cidade*, com a expectativa de não apenas demonstrar as contradições presentes na cidade, mas sim propor um novo ângulo de análise, que permita perceber a rua do ponto de vista do nativo, neste caso, daqueles que utilizam dela como local de atuação e sobrevivência.

A pesquisa permitiu sinalizar que a identidade do grupo é formulada a partir de determinações coletivas, que acabam por regular as diversas dinâmicas na cidade, como trabalho, convivência, relacionamentos, etc. Portanto, a lógica de apropriação da rua como meio de atuação e sobrevivência, constrói uma identidade deteriorada, frequentemente relacionada a marginalidade e ociosidade, cujo produto do trabalho resulta basicamente da capacidade de pedir. Deste modo, utilizando-se do exercício de atividades consideradas ilegais, na medida em que viola as normas sociais estabelecidas.

Assim, pode-se supor que, o motorista se sente intimidado, extorquido, por pagar por um serviço que ele não pediu e que não tem certeza se será realizado, ou seja, que seu carro seja “guardado”. Além disso, trata-se de um indivíduo socialmente marginalizado que utilizando da rua como produto de sobrevivência, atende a finalidade de controle desta, fato este que causa incomodo e desconforto aos motoristas. E é nesta dinâmica que



é conferido aos “flanelinhas” sua identidade, neste caso sob o status de identidade marginal, socialmente construída.

Nesta perspectiva, os “flanelinhas” podem ser identificados, pelo que Goffman (1963) chama de “comunidade desviante”, ou seja, grupos que apresentam um “comportamento desviante”, sendo pessoas que, de alguma forma negam a ordem social estabelecidas. Deste modo, são percebidas pela população como indivíduos incapazes de usar de outras oportunidades de atuação disponíveis, aprovadas socialmente. Sendo deste ponto de vista que deriva a gênese da identidade estigmatizada e deteriorada dos “flanelinhas”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977. Regulamenta o exercício das profissões de guardador e lavador autônomo de veículos automotores. **Lei nº 6.242/75**, de 23 de setembro de 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1993.

IBGE. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro**: Notas para uma etnografia urbana. 2002. Disponível em:<<http://www.na-u.org/DEPERTOEDENTRO.html>>. Acesso em: 22.02.2015.

MAGNANI, **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. Tempo soc. [online]. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em 22.02.2015.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe* [Online]. Disponível em:<<http://pontourbe.revues.org/1890>>. Acesso em: 05.02.2015.

RODRIGUES, Ana Lucia; MOURA, Rosa. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. **Disponível em:** <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Vol7_como_andam_curitiba_maringa.pdf> acesso em:27.02.2015.

VALLADARES, Licia; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Olhares sociológicos sobre o Brasil urbano**: uma visão a partir do UrbanData-Brasil. Disponível em:<http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf>. Acesso em: 22.02.2015.

VELHO, Gilberto; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Organização social do meio urbano**. Anuário Antropológico 76. Tempo Brasileiro, 1977.